

Como recuperar o deficit de alfabetização agravado na pandemia (Atualizada)

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Betriz Gatti

Avaliação mostra piora na leitura e escrita de crianças em período marcado por ensino remoto. Especialistas falam ao 'Nexo' sobre como entender melhor as necessidades dos alunos para reverter esse cenário

CRIANÇAS FAZEM ATIVIDADE EM AULA DE REFORÇO EM ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

De cada dez crianças em período de alfabetização nas escolas brasileiras, três apresentam dificuldades consideráveis na leitura e escrita de palavras simples. Os dados são do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) de 2021, divulgado em setembro de 2022, e representam um aumento de 54% em relação ao índice de 2019.

Os resultados refletem um cenário que já era esperado por especialistas em educação depois da pandemia de covid-19. Durante dois anos, estudantes de todo o Brasil tiveram que receber aulas de forma remota – uma imposição com resultados desiguais devido à discrepância no acesso a tecnologias –, o que no caso da alfabetização traz impactos coletivos e individuais no desenvolvimento escolar. Mas isso não significa necessariamente que a pandemia formou uma “geração perdida”, segundo pesquisadoras da área.

Neste texto, o Nexo detalha os números do Saeb, explica o que eles representam e traz a análise de especialistas sobre como o país pode reverter esse cenário.

As quedas identificadas pela avaliação nacional

Realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação), o Saeb 2021 aponta que 33,8% das crianças do 2º ano do ensino fundamental que participaram da avaliação não alcançaram o nível 3 da escala da pesquisa em língua portuguesa. Nesse nível, espera-se que o estudante consiga ler e escrever palavras com três ou mais sílabas sem o apoio de imagens.

Dentro dos 33,8%, a taxa de meninas e meninos que não chegam sequer ao nível 1, que inclui habilidades básicas como a leitura e a escrita de palavras simples (“bola” e “casa”, por exemplo), foi de 14,4%.

Em comparação com 2019, antes da pandemia, a porcentagem de crianças abaixo do nível 1 era de 4,6%. Na mesma avaliação, 15,5% não atingiram o nível 3 da escala – que vai até o nível 8, na qual o estudante seria capaz de ler conteúdos mais longos e escrever palavras e textos. Ou seja, o número de crianças com dificuldades na leitura e escrita básicas mais que dobrou entre 2019 e 2021.

O alargamento dos níveis mais baixos e o achatamento dos níveis mais altos consequentemente reduziram a média de proficiência dos alunos de 2º ano em língua portuguesa. Segundo a escala do exame, as “notas” vão de 650 a 825 pontos, e o intervalo entre cada nível representa 25 pontos. O resultado médio atribuído às crianças em 2021 foi de 725,5 pontos, uma queda de 24,5 pontos – quase um nível inteiro – em relação a 2019, quando a nota média foi de 750.

Além da língua portuguesa, o Saeb avalia o desempenho escolar das crianças em matemática, que também sofreu queda em relação à última pesquisa. O grupo que engloba desde estudantes de 2º ano

com dificuldades para fazer contas simples de multiplicação e divisão até aqueles que ainda não aprenderam a somar e a subtrair totaliza 22,4% – em 2019, eram 15,9%.

O que significa estar no 2º ano

Embora o tempo de alfabetização varie conforme o ritmo de aprendizado de cada estudante, o processo costuma ser iniciado no 1º ano do ensino fundamental, quando as crianças têm 6 anos. As políticas educacionais brasileiras têm como meta, desde 2014, que todas as crianças estejam alfabetizadas até, no máximo, o final do 3º ano do ensino fundamental, aos 8 anos.

“Ao final destes três anos, a criança deveria ser capaz de ler e entender textos e de se expressar”, afirmou ao Nexo Maria Thereza Marcílio, presidente da organização não-governamental Avante – Educação e Mobilização Social, e coordenadora do projeto Global Leaders for Americas, da World Forum Foundation on Early Care & Education.

A PNA (Política Nacional de Alfabetização) decretada em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, manteve essa meta, mas uma diretriz de implementação prevê que se priorize o 1º ano no processo de alfabetização.

Portanto, ao escolher avaliar crianças do 2º ano para obter dados sobre a alfabetização nacional, o Saeb traria resultados da metade do caminho de estudantes que estivessem em um processo de alfabetização ideal, de acordo com a meta do PNA. Esse caminho, porém, foi muito prejudicado pela pandemia, motivo pelo qual especialistas alertam ser preciso interpretar com cuidado os dados da avaliação nacional.

Como olhar para os resultados

A cofundadora da Avante diz que os resultados do Saeb eram esperados, dada as dificuldades impostas pela pandemia. “Foram [avaliadas] as crianças que não tiveram escola ou tiveram escola precária em dois anos que seriam anos do processo de alfabetização”, disse ao Nexo. “Querer que elas tenham um desempenho de alfabetização é absolutamente irreal.”

Para a professora do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará Mônica Farias Abu-El-Haj, a crise sanitária agrava um cenário que já era complexo. Ela lembra que a universalização do ensino fundamental é recente, instituída na Constituição de 1988, e que a covid-19 contribuiu para estagnar avanços. “O que a pandemia vem revelar é essa precariedade que a gente ainda vive na educação brasileira, apesar de que eu acho que a gente já construiu um caminho muito grande”, afirmou ao Nexo.

Maiores dificuldades para ler e escrever trazem impactos para as séries posteriores, segundo a especialista em alfabetização da criança. E isso pode gerar pressão sobre os próprios estudantes. “Se a criança não é cuidada no seu processo, ela tende a achar que o problema é dela”, disse Abu-El-Haj.

Maria Thereza Marcílio, que já contribuiu com o MEC na elaboração de indicadores de qualidade para a educação infantil, reforça que o quadro pode ser revertido. “Isso significa que esta geração está condenada? De jeito algum”, disse. Para ela, outro risco que uma interpretação inadequada dos dados do Saeb apresenta é resumir a solução do déficit de alfabetização a uma aceleração dos processos de ensino e aumento na quantidade de horas e aulas. Abaixo, o Nexo listou medidas que o país realmente precisa tomar para reverter o cenário

Avaliação além do aluno

As duas especialistas concordam que o primeiro passo para buscar saídas é ter um diagnóstico completo, que vá além de análises quantitativas. “A partir disso [dos números do Saeb], querer encontrar uma fórmula mágica para resolver esse problema é muito complicado”, afirma Mônica Abu-El-Haj.

Marcílio sugere algumas etapas importantes para obter um diagnóstico mais detalhado, para além da avaliação dos alunos: entender as condições de cada escola avaliada, a carreira e formação dos professores, os equipamentos e materiais escolares. “Eu acho que é muito melhor você avaliar o que está sendo oferecido: infraestrutura de escola, situação dos profissionais, a gestão local. Como é que estão os programas de merenda, de livro didático, o programa de transporte escolar, a internet nas escolas?”, destaca a pedagoga.

Combate à evasão escolar

Para poder planejar a recuperação da educação pós-pandemia, um importante ponto de partida é garantir o retorno das crianças às escolas e combater a evasão, através de programas como o de busca ativa de crianças em risco de abandonar os estudos. “É notório encontrar crianças na rua em maior quantidade do que antes da pandemia”, afirma a professora Mônica Abu-El-Haj. Segundo um estudo da FGV Social, divulgado no início de 2022, a taxa de crianças de 5 a 9 anos fora da escola no terceiro trimestre de 2021 era de 4,25%, número cerca de três vezes maior do que o observado no mesmo trimestre de 2019.

Em um relatório elaborado junto à Unesco e ao Banco Mundial, o Unicef cita campanhas intensivas e sistemas de monitoramento de retorno como exemplos do que pode ser feito nesse quesito.

Conexão com famílias e comunidade

Segundo Marcílio, nem sempre a parte formal da alfabetização é a mais complicada. Juntar as letras muitas vezes depende mais de ter uma base teórica sólida. Mas, pelo fato de a escrita ser um objeto social, argumenta a pedagoga, é importante que a escola construa uma conexão com as famílias para acompanhar o contexto em que as crianças vivem e para que os aprendizados se consolidem.

“A língua escrita tem que fazer sentido pra você querer usar e querer aprender. Você não pode ensinar a escrita como se ela fosse um objeto estranho pra criança”, afirmou a presidente da Avante. “Ela tem que se enraizar na vida das pessoas, então a escola tem que estar imersa nessa realidade para ver o que faz sentido naquela comunidade.”

Ajuste curricular

Outro ajuste necessário diante do ensino precário na pandemia é o curricular. “O que você vai fazer com as crianças nessa fase não pode ser a mesma coisa que você faria se elas tivessem frequentado escola dois anos seguidos, com professor, com todas as questões”, explica Marcílio. Segundo a cofundadora da Avante, a proposta metodológica precisa ser revista e readequada.

O currículo é uma questão a ser discutida também na visão de Abu-El-Haj, que diz que a Base Nacional Comum Curricular, aprovada no final de 2017, já tinha pontos problemáticos quanto à limitação de abordagens no material. “A base acaba atendendo muito aos interesses das editoras privadas, aí há uma invasão de livros didáticos que têm concepções distintas de alfabetização, mas tendem a ter uma proximidade mais com o método que seja mais objetivo, mais cartilhado, de apostilamento”, critica a professora da UECE.

Segundo ela, essa estratégia já havia sido superada, e os avanços na alfabetização vinham num sentido mais construtivista e discursivo, de garantir a participação dos alunos no processo a partir de métodos que ensinem as crianças conforme elas interagem com as práticas de leitura e escrita.

Cultura da escola

Não menos importante é o espaço para discussão que a escola oferece. Para Mônica Abu-El-Haj, que acompanha o dia a dia de professoras de ensino básico no Ceará, uma das prioridades deveria ser rever a cultura da escola, onde a autonomia do professor é fundamental, mas nem sempre priorizada. Criar projetos de alfabetização e definir perspectivas e práticas de alfabetização são atribuições essenciais para que o trabalho dos professores do ciclo – ou seja, do 1º ao 3º ano – prospere nas escolas.

“Há de ter um tempo para os professores conversarem a respeito, os coordenadores, os diretores. Como não existe um tempo para esse debate, para essa conversa, para esse compartilhamento, não existe nem a cultura de você fazer isso”, disse ao Nexo.